

em 8 de Junho de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Fevereiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

8 de Fevereiro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Paulo Registo*. — A Oficial de Justiça, *Delmira Martins Santos Norte*.

Aviso de contumácia n.º 3792/2006 — AP. — O Dr. José Paulo Registo, juiz de direito da 1.ª Secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 576/01.5P5LSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando dos Santos Fortunato, filho de Manuel Monteiro Dias e de Maria Júlia Ferreira dos Santos Dias, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Janeiro de 1963, casado, titular do bilhete de identidade n.º 6490198, com ultimo domicílio conhecido na Rua Fernão Lopes, 24, 2.º, 2795 Queijas, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 14 de Agosto de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 21 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, a proibição do arguido movimentar quaisquer contas bancárias.

8 de Fevereiro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Paulo Registo*. — A Oficial de Justiça, *Maria Manuela R. Queiroz*.

Aviso de contumácia n.º 3793/2006 — AP. — O Dr. José Paulo Registo, juiz de direito da 1.ª Secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 7537/04.0TDLSB, pendente neste Tribunal contra a arguida Rute Manuela Angélica Anton Cruz, filha de Manuel Silva Cruz e de Lúcia Maria Faria Matos Cruz, natural de Guiné-Bissau, de nacionalidade portuguesa, nascida em 1 de Outubro de 1971, titular do bilhete de identidade n.º 10182648, com domicílio na Hafemarkt 1, 87600 Kaufbeuren, Estugarda, por se encontrar acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 10 de Fevereiro de 2004, foi a mesma declarada contumaz, em 3 de Fevereiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

8 de Fevereiro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Paulo Registo*. — A Oficial de Justiça, *Delmira Martins Santos Nobre*.

Aviso de contumácia n.º 3794/2006 — AP. — O Dr. Alexandre Oliveira, juiz de direito da 2.ª Secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 238/02.6PBAMD, pendente neste Tribunal contra o arguido Khazan Singh, natural de Índia, de nacionalidade indiana, nascido em 18 de Maio de 1958, solteiro, titular do passaporte n.º A8959152 do cartão da segurança social n.º 133910461-Setúbal e da identificação fiscal n.º 237367041, com domicílio na Rua Professor Buísel, 69, Portimão, por se encontrar acusado da prática de um crime de aproveitamento de obra contrafeita (direito de autor), praticado em 23 de Fevereiro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Fevereiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

8 de Fevereiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Alexandre Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Maria da Conceição G. A. Lopes*.

1.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 3795/2006 — AP. — O Dr. Paulo Duarte Barreto Ferreira, juiz de direito da 1.ª Secção da 1.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 178/94.0PILSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Benjamim Serra Ferreira, filho de Francisco Sousa Ferreira e de Maria Belo das Neves Serra Ferreira, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 25 de Fevereiro de 1959, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 52292398, com domicílio na 17 Temole Court. Landsdowne Green Estate, Sw82bd London, Reino Unido, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, alíneas c) e d), com referência ao artigo 298.º, n.º 3, alínea c), todos do Código Penal, praticado em 3 de Novembro de 1994, por despacho de 20 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

25 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Duarte Barreto Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Maria Alice Silva*.

Aviso de contumácia n.º 3796/2006 — AP. — O Dr. Eduardo Manuel Pires, juiz de direito da 2.ª Secção da 1.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum colectivo (crimes militares), n.º 251/04.9TCLSB (ex. processo n.º 28/94 do 2.º TMT de Lisboa), pendente neste Tribunal contra o arguido Eduardo José Pereira Lourenço, filho de Eduardo José Lourenço e de Maria Alice Pereira Peito, natural de Sorcorro, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 13 de Dezembro de 1957, desconhecido, titular do bilhete de identidade n.º 5345030, com domicílio na Avenida Dom Dinis, 81, 2.º, direito, Odivelas, por se encontrar acusado da prática de um crime de deserção, previsto e punido pelos artigos 142.º, n.º 1, alínea a), e 149.º, n.º 1, alínea a), 2.ª parte do C. J. Militar, praticado em 26 de Setembro de 1980, por despacho de 27 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por óbito.

1 de Fevereiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel Pires*. — A Oficial de Justiça, *Maria João Coutinho*.

Aviso de contumácia n.º 3797/2006 — AP. — O Dr. Paulo Duarte Barreto Ferreira, juiz de direito da 1.ª Secção da 1.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 169/00.4S6LSB, pendente neste Tribunal contra o arguido João Loy, filho de Filipe Cou Yok Loy e de Rosa Chu, natural de Lisboa, São Jorge de Arroios, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Agosto de 1950, titular do bilhete de identidade n.º 4701220, com domicílio na Avenida Duque de Loulé, 3, 6.º, Lisboa, 1050 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de denúncia caluniosa,

previsto e punido pelo artigo 365.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 13 de Maio de 2000, um crime de coacção, previsto e punido pelo artigo 154.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 13 de Maio de 2000 e um crime de auxílio à imigração ilegal, previsto e punido pelo artigo 134.º, n.º 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto de 1998, praticado em 13 de Maio de 2001, por despacho de 1 de Fevereiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

2 de Fevereiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Duarte Barreto Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Maria João Ganilha*.

Aviso de contumácia n.º 3798/2006 — AP. — O Dr. Paulo Duarte Barreto Ferreira, juiz de direito da 1.ª Secção da 1.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum colectivo (crimes militares), n.º 213/04.6TCLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Francisco Lopes do Amaral, filho de Francisco dos Santos Loureiro do Amaral e de Isilda de Jesus Lopes da Silva, natural de Viseu, Fragosela, Viseu, de nacionalidade portuguesa, nascido em 13 de Outubro de 1975, solteiro, com domicílio na Rua Póvoa Sobrinhos, Rio de Loba, Viseu, o qual foi em 1 de Fevereiro de 2001, condenado por acórdão em cúmulo jurídico na pena única de sete anos de prisão, substituída por igual tempo de presidio militar, transitado em julgado em 15 de Fevereiro de 2001, pela prática de dois crimes de furto de material de guerra, previsto e punido pelos artigos 201.º e 205.º, do C. J. Militar e 204.º, n.º 2, alínea c), do Código Penal, praticado em 30 de Março de 1999, um crime de furto, previsto e punido pelos artigos 201.º, do C. J. M. e 203.º, n.º 1, do Código Penal, um crime de furto, previsto e punido pelos artigos 201.º do C. J. M. e 203.º, n.º 1, do Código Penal, e crime de furto, previsto e punido pelos artigos 201.º do C. J. M. e 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticados em 30 de Março de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 1 de Fevereiro de 2006, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

2 de Fevereiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Duarte Barreto Ferreira*. — O Oficial de Justiça, *Albano Silva*.

2.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 3799/2006 — AP. — A Dr.ª Airisa Caldinho, juíza de direito da 3.ª Secção da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 44821/91.3TDLSB, que o Ministério Público move contra Francisco Rosário Nepeso Júnior, filho de Carlos Alberto Neves Lopes e de Maria do Carmo Lopes, natural de São Tomé e Príncipe, onde nasceu a 1 de Maio de 1954, com última residência conhecida na Rua da Glória, 21, Pensão Monumental em Lisboa, foi por despacho de 24 de Janeiro de 2006, declarada cessada a contumácia, em que se encontrava aquele arguido, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

22 de Outubro de 2005. — A Juíza de Direito, *Airisa Caldinho*. — A Oficial de Justiça, *Sofia Santos*.

Aviso de contumácia n.º 3800/2006 — AP. — A Dr.ª Airisa Caldinho, juíza de direito da 3.ª Secção da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum colectivo (crimes militares), n.º 237/04.3TCLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Jacinto Vasconcelos Pereira, filho de Jacinto Pereira e de Maria Rosa Pereira de Vasconcelos, natural de Oliveira de Azeméis, Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, de nacionalidade portuguesa, nascido em 12 de Dezembro de 1968, titular do bilhete de identidade n.º 9546262, com

domicílio na Fiat 20, Beaumont Court Sylvester Road, Wembley, United Kindom, o qual se encontra acusado, pela prática de um crime de deserção, previsto e punido pelos artigos 142.º, n.º 1, alínea b), e 149.º, n.º 1, alínea a), 2.ª parte, ambos do C. J. Militar, praticado em 17 de Julho de 1989, por despacho de 6 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo se ter apresentado voluntariamente em juízo.

9 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Airisa Caldinho*. — O Oficial de Justiça, *José Carlos Esteves*.

Aviso de contumácia n.º 3801/2006 — AP. — O Dr. Guilherme António Machado Castanheira, juiz de direito da 1.ª Secção da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum colectivo (crimes militares), n.º 271/04.3TCLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Alexandre Manuel Ferreira Miranda, filho de José Varela Miranda e de Maria Rita Ferreira Pato Miranda, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, nascido em 22 de Novembro de 1969, titular do bilhete de identidade n.º 9584480, residente na Rua Maior Figueiredo Rodrigues, lote 6, rés-do-chão, C. Olivais, em Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto na forma tentada, previsto e punido pelo artigo 201.º, n.º 1, alínea d), conjugado com os artigos 7.º e 42.º, todos do C. J. Militar, praticado em 4 de Março de 1991, por despacho de 31 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

1 de Fevereiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Guilherme Castanheira*. — A Oficial de Justiça, *Edite Rafael*.

Aviso de contumácia n.º 3802/2006 — AP. — A Dr.ª Airisa Caldinho, juíza de direito da 3.ª Secção da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1217/02.9PRLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Miguel Aragão Fernandes, filho de Carlos Norberto Amaral Fernandes e de Ália Elisabete da Silva Aragão de Magalhães, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Maio de 1970, casado, titular do bilhete de identidade n.º 9682035, com domicílio na Estrada de Moscavide, 66, 8.º, direito, 1800 Lisboa, o qual foi por proibição de permanência, nos termos do disposto no artigo 200.º do Código de Processo Penal, com as seguintes consequências, proibição de contactos, nos termos do disposto no artigo 200.º do Código de Processo Penal, com as seguintes consequências, um crime de maus tratos do cônjuge ou análogo, previsto e punido pelo artigo 152.º, n.º 2, do Código Penal, um crime de violação, previsto e punido pelo artigo 164.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 25 de Março de 2004, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

7 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Airisa Caldinho*. — A Oficial de Justiça, *Clara Maria Silva*.

Aviso de contumácia n.º 3803/2006 — AP. — A Dr.ª Airisa Caldinho, juíza de direito da 3.ª Secção da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 93/01.3PGLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido António Gutierrez Delgado, filho de Juan Gutierrez e de Carmem Delgado, natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, nascido em 8 de Novembro de 1958, solteiro, titular do passaporte n.º 28531345, com domicílio na Rua António Nobre, 10, cave, D, Queluz, 2745 Queluz, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 23 de Fevereiro de 2001 e um crime de resistência e coacção sobre funcionário, previsto e punido pelo artigo 347.º do Código Penal, praticado em 23 de Fevereiro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Fe-